



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

ATA DE REUNIÃO

5ª Reunião Ordinária dos Comitês Orçamentários de 1º e 2º Grau

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO		
22/10/2021	9h	Videoconferência

MEMBROS PRESENTES		CARGO	CATEGORIA	REGIÃO
Grau 1º Comitê Com	José Ricardo Porto	Desembargador	Presidente	Indicado pela Presidência
	João Benedito da Silva	Desembargador	Suplente do Presidente	Indicado pela Presidência
	Washington Rocha de Aquino	Servidor	Titular	Eleição direta
	Noberto Carneiro	Servidor	Vice-presidente do SINDOJUS	Entidade classista
	José Ivonaldo Batista	Servidor	Titular	Entidade classista
	Danilo Lacerda Fernandes	Servidor	Titular	Eleição direta
	Fábio Brito de Farias	Magistrado	Titular	Eleição direta
	Gustavo Farias Alves	Servidor	Titular	Eleição direta 2ª
	Bruno Medrado dos Santos	Magistrado	Titular	Eleição direta 3ª
	Gilberto de Medeiros Rodrigues	Magistrado	Titular	Entidade Classista 2ª
2º Grau Comitê do	João Ramalho Alves da Silva	Servidor	Titular	Entidade classista

PAUTA

1. Execução Orçamentária e Financeira (agosto e setembro de 2021)
2. Debates



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

3. Encaminhamentos

DEBATES

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de 2021, pelas 9h, reuniram-se por videoconferência os Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba -TJPB. Iniciados os trabalhos, o Des. José Ricardo Porto cumprimentou a todos(as) e declarou aberta a reunião, passando a palavra para Ana Caroline, Gerente de Projetos e Gestão Estratégica – GEPRO. Ela informou a pauta ordinária, apresentação da Execução Orçamentária e Financeira, com foco em agosto e setembro de 2021, pela Diretora de Economia e Finanças - DIFIN, Izabel Nóbrega, bem como facultou a palavra para informes e esclarecimentos, antes da citada apresentação. O servidor Gustavo Farias justificou que não iniciou a redação da relatoria sobre o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil da Paraíba – OAB/PB, conforme consta no Processo Administrativo – PA que foi disponibilizado no grupo do WhatsApp, tendo em vista ter sido comunicado, pelos Presidentes das Comissões, que a matéria seria decidida pela Presidência do TJPB. O Des. José Ricardo solicitou a Gustavo a produção de um documento sobre o caso em comento, a fim de ser anexado ao ofício que será encaminhado à Presidência. O membro indicado pela Associação dos Magistrados da Paraíba – AMPB, Dr. Gilberto Rodrigues, trouxe o posicionamento da Associação, do ponto de vista formal e sem entrar no mérito da OAB/PB, falando que as Resoluções nº 194/14 e nº 195/14, ambas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, dispõem que as Comissões de 1º e 2º Graus têm representação paritária de magistrados(as) e servidores(as), não cabendo ao TJPB disciplinar sobre o pedido formulado pela OAB/PB. Falou que o CNJ tem a função constitucional de disciplinar algumas funções administrativas, não cabendo ao TJPB, mesmo dentro de sua autonomia administrativa, agir de modo disforme, pois a Resolução local tem de estar de acordo com as do CNJ. A palavra foi passada para Izabel que, antes de iniciar sua apresentação, trouxe esclarecimentos sobre as deliberações da última reunião, em relação à destinação dos recursos do orçamento vindouro para a recomposição da remuneração dos servidores(as), a manutenção do percentual de priorização do 1º Grau e, em relação às questões das tratativas com o Poder Executivo, que ainda não havia ocorrido, mas que há previsão para fazer ofício com base na Emenda Constitucional do Mato Grosso, proposta pelo Ministério Público, quanto à divisão do excesso da arrecadação estadual. Comunicou que o TJPB iniciará o recebimento das custas na modalidade de pagamento via PIX, em novembro de 2021, sendo pioneiro em relação aos demais tribunais da federação. Após finalizar a apresentação da Execução Orçamentária, informou que o material apresentado será disponibilizado no grupo. Dr. Bruno Medrado perguntou a respeito de uma demanda sobre utilização de cartão de crédito como via para pagamento das custas, tendo Izabel dito que há um processo aberto, mas tanto precisaria ser implementado pela DITEC como teria que abrir licitação para a escolha de uma bandeira do cartão. Como os trabalhos da DITEC estão voltados para implementação do PIX, disse que as questões do cartão ficaram para um segundo momento de análise, dadas as facilidades oferecidas via Pix. Dr. Fábio pediu a palavra e registrou sua alegria, pois é membro deste Comitê desde seu nascedouro. Disse que no primeiro momento que se deparou com a realidade orçamentária do TJPB, este apresentava um cenário de filme de terror, logo no início de 2018, na gestão do Des. Joás,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

apresentando um panorama de terminar o ano quase sem dinheiro para pagar a folha. Foi feita jornada pelo interior, numa perspectiva de orçamento participativo, para colher expectativas do que seria bom para o orçamento, tendo sido um momento de inflexão. Houve uma macroação da alta administração do TJPB, tendo o Des. Joás chamado o Governo do Estado para repactuar, pois o duodécimo estava congelado. Enalteceu o trabalho da Associação dos Magistrados da Paraíba – AMPB, com grande contribuição de Dr. Gilberto Rodrigues, que é defensor da independência financeira do TJP. Falou da felicidade que sente agora em ver que as duras medidas que foram tomadas pela alta administração, exemplificando o corte da gratuidade judiciária para quem não fazia jus, tendo o 2º Grau contribuído neste sentido, e lembrou que o Des. Leandro foi um gigante nesta construção. Falou do módulo de custas implantado no PJe que consegue identificar logo a guia e, apesar do TJPB ser pequeno e pobre, dá show perante outros tribunais, acompanhando a modernidade com a chegada do recebimento das custas pela via PIX. Finalizou dizendo que essa virada de curva para cima é fruto de uma ação conjunta de magistrados(as) e servidores(as) que assumem suas funções com uma percepção que é essencial para a República. João Ramalho solicitou mais informações sobre a previsibilidade do percentual para aumento dos servidores(as) em 2022 e sobre aumento do auxílio saúde, já que se usa dinheiro do Fundo e do Tesouro, tendo Izabel dito que no estudo orçamentário há previsão de 7,32% de aumento total de gastos com pessoal, em relação ao ano passado, mas que isso não significa que tudo será para servidores(as). Com relação ao auxílio saúde, há estudo no valor de mil reais, mas a definição do percentual é uma decisão do Presidente nas negociações com as entidades sindicais e disse que quanto maior o percentual de aumento na remuneração, a margem será menor para o auxílio e vice-versa. O objetivo primordial do Fundo é o reaparelhamento da estrutura do TJPB, ou seja, melhorar a estrutura física do TJPB e a parte da Tecnologia da Informação - TI, com a compra de equipamentos e softwares. Disse que a despesa de TI ingressará na despesa de capital, que antes estava na despesa corrente. Também informou que a despesa de pessoal poderá aumentar um pouquinho, pois foi recebida uma nova Receita Corrente Líquida - RCL, havendo um aumento de um bilhão e quatrocentos milhões de reais, e a nova está em dois bilhões, seiscentos e noventa milhões de reais, dando margem para negociação. Trouxe a informação de que aumentando a remuneração dos servidores(as), também tem que levar em conta aumento dos inativos e pensionistas, aumento da PBPREV, que hoje está em 25.5%, bem como 13º salário e férias. Finalizou dizendo que no mês de setembro houve uma pequena queda na taxa judiciária, girando em torno de duzentos mil reais, mas ela acha que deve ter sido em decorrência da queda na arrecadação das custas. Em seguida, foram debatidas questões sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 5688, que estaria sendo votada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, no dia da presente reunião. Washington sugeriu que fosse constituída uma equipe, junto com a Presidência do TJPB, a fim de acompanhar alguns projetos que estão tramitando sobre custas e emolumentos, pois é um tema que diz respeito à própria subsistência do judiciário, e isso ajudaria a trabalhar com previsibilidade. O Des. José Ricardo, a partir da sugestão de Washington no acompanhamento dos projetos, propôs listar os que estão na presidência do TJPB para análise e votação na próxima reunião. Gustavo disse que o aumento da arrecadação poderá dar início a uma movimentação política para que seja diminuído ou arrefecido, mas que isto faz parte do sistema de freios e contrapesos. Enfatizou que, com a conclusão do Projeto Estratégico “Formatação de setor especializado no tratamento de custas processuais finais”



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

equalizar-se-á, positivamente, a arrecadação em unidades de mesma competência. A depender do julgamento da ADI, a criação do novo setor de arrecadação, fiscalização e cálculo, que será apreciado pelo Pleno, ajudará no reequilíbrio financeiro do TJPB. Dr. Gilberto ressaltou a fala dos demais membros quanto à vigilância permanente, ressaltando a importância de trabalhar politicamente o orçamento, bem como do trabalho desenvolvido para arrecadação das custas, tanto das custas iniciais, cobrando de quem tem cauda pacidade financeira, quanto das custas finais, já que ainda há grande evasão fiscal, enaltecendo o trabalho desenvolvido pelo servidor Gustavo e Dra. Andréa no referido projeto, pois ambos esquadriharam os demais Tribunais durante o desenvolvimento dos trabalhos, sendo o TJPB o único tribunal desenvolvendo ação nesta seara. Por fim, não havendo mais nada a tratar, o Des. João Benedito parabenizou e enalteceu o empenho de cada um(a) que compõe este Comitê, reforçando a declaração de felicitações de todos(as) ao membro Washington, pelo seu retorno às atividades de sua vida pessoal e profissional, declarando encerrada a reunião.

Encaminhamentos:

- 1) Encaminhar informação sobre matéria da OAB/PB, com anexos construídos pela AMPB, representada por Dr. Gilberto Rodrigues, bem como por documento redigido pelo servidor Gustavo Farias, para juntar no PA que está no Gabinete do Des. José Ricardo Porto
- 2) Trazer estudos pretéritos sobre custas e emolumentos- Lei de Custas, (Ana Caroline - GEPRO e Washington - membro
- 3) Reunião agendada para o dia 03/12/2021, às 09 horas.

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo Presidente das Comissões de primeiro e segundo graus.

JOSE RICARDO
PORTO:4769473

Assinado de forma digital por JOSE
RICARDO PORTO:4769473
Dados: 2021.10.29 14:41:02 -03'00'

JOAO BENEDITO DA SILVA:4682548

Assinado de forma digital por JOAO
BENEDITO DA SILVA:4682548
Dados: 2021.11.01 15:38:53 -03'00'